

# Sempre relacionando: reflexões sobre alguns passados e futuros da antropologia social<sup>1</sup>

Marilyn Strathern\*

Tradução de Helena Martins\*\*

Revisão técnica de Marina Vanzolini Figueiredo\*\*\*

## Introdução

Esta palestra foi originalmente proferida para comemorar a criação do programa de doutorado em antropologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile. Combina reflexões novas e antigas sobre um conceito e uma prática centrais para nossos interesses comuns nesse campo: relação, relacionar. O texto vem em reconhecimento à forma como a Escola de Antropologia daquela universidade pôs as relações no mapa, ao menos no que diz respeito à América do Sul indígena, por meio de um simpósio da Fundação Wenner Gren, intitulado “O que é uma relação?”, e de uma subsequente coletânea publicada na revista *Social Analysis* (GONZÁLEZ GÁLVEZ *et al.*, 2019). Ao levar adiante a discussão, pensei que poderia ser interessante ponderar sobre alguns de seus antecedentes, ainda hoje relevantes. No entanto, deparei-me com um pequeno problema expositivo.

## Preparativos

Quando comecei a esboçar uma história para o tema da relação na antropologia, o argumento se encheu de um excesso indesejável de nomes e

---

<sup>1</sup> Artigo publicado originalmente na revista *Estudios Atacameños*, v. 70 (2024), da Universidade Católica do Norte (Chile), intitulado *Always Relating: Reflections on Some of Social Anthropology's Pasts and Futures*, com tradução para o espanhol de Marcelo Gonzáles Gálvez com título *Siempre relacionando: Reflexiones sobre algunos pasados y futuros de la antropología social*. DOI: <https://doi.org/10.22199/issn.0718-1043-2024-0008>.

\* Universidade de Cambridge

\*\* PUC-Rio

\*\*\* USP

de referências, tanto etnográficas quanto teóricas. Tomei então a liberdade de apresentar esses nomes mais como personagens no gênero narrativo de uma história de detetive. Para isso, seria sem dúvida desejável conhecer melhor o teatro espanhol ou as histórias de suspense chilenas. O que acabou me caindo nas mãos, no entanto, foi uma resenha do primeiro livro traduzido para o inglês do político e escritor chileno Roberto Ampuero, um escrito que, para a minha surpresa, continha uma descrição que, afinal, poderia muito bem se reportar a uma certa antropologia acadêmica! A passagem é boa demais para deixar para ser ignorada.

Brulé [o detetive da história] não é do tipo [...] que se contrataria para uma investigação minimamente urgente. Há sempre tempo para mais um cafezinho ou para uma longa meditação [...]. A narrativa logo assume um caráter onírico, deslizando de um lugar para o outro e de um tempo para outro. A prosa passeia sem pressa, seguindo o rastro de frases sinuosas com destinos incertos. (TAYLOR, 2014)

Pois bem, minha historinha policial é só um artifício de que me valho para dar suporte às palavras então proferidas e agora escritas. Não há corpo nem crime, apenas alguns enigmas intelectuais, diante dos quais todos nós somos os detetives. Tenho certeza de que muito dessa história vai soar familiar para vocês; e quando eu me referir à “*nossa [ou a] detetive*”, trata-se de uma figura que flutua entre nós. Ao mesmo tempo, preciso atuar como uma contadora de histórias e terei voz neste papel. A minha esperança é que este artifício lance luz sobre uma questão – em si mesma uma relação – que é frequentemente ignorada em favor da busca por uma outra, mais óbvia.

Fundamental para a prática da investigação antropológica é a relação explícita entre a linguagem – o mundo conceitual – do antropólogo e a de seus interlocutores. No entanto, isso frequentemente obscurece algo de que os antropólogos talvez estejam implicitamente cientes, mas que, em geral, imaginam poder evitar ou contornar. Trata-se da relação entre a linguagem analítica do antropólogo e sua própria língua nativa. Mais do que uma questão de refinar a fala cotidiana para fins especializados, o ponto aqui é a forma como o uso vernáculo inevitavelmente colore a linguagem profissional ou lhe confere tons particulares. Como tramar uma narrativa que traga à luz esse segundo ponto?

Como narradora, traço duas zonas de problema que merecem investigação, um caso e, depois, um caso dentro do caso. Pois a nossa

detetive, treinada para encontrar soluções, pode cair na armadilha de pensar que todos os problemas são solúveis. Há, com certeza, problemas que se apresentam como enigmas a serem desvendados – e um deles, em torno da palavra “relação”, é trazido à tona na investigação interna: *o caso do ponto cego*. Já a investigação mais ampla na qual esse caso se insere e com a qual vamos lidar em duas partes, debruça-se sobre um problema que é, na verdade, uma problemática: uma oscilação de perspectivas sobre as relações, cuja permanência nesse estado oscilante é, provavelmente, do nosso interesse. Trata-se d’*O caso da perspectiva cambiante*. Ao mesmo tempo em que são dois casos distintos, existe um trânsito entre eles. O enigma pode nos ajudar a compreender a problemática.

– Sem mais delongas, a narradora faz um sinal para que a detetive comece sua investigação. –

### **O caso da perspectiva cambiante – Parte 1**

#### **A relação como uma problemática**

– “A primeira missão”, diz com firmeza a nossa detetive, “é identificar a problemática”. –

Simplificadamente: o que conta como uma relação? Essa problemática já foi enfrentada de modo admirável no dossiê da revista *Social Analysis* [ver acima], que estimula uma abertura a múltiplas respostas. Ao fazerem das relações uma questão em aberto, os colaboradores da revista demonstram para com essa ferramenta analítica crucial uma ambição maior do que a de muitos daqueles que indagam, a respeito de outros fenômenos sociais, se, por exemplo, x ou y “têm” leis ou “acreditam” na alma. Mas as respostas alternativas podem ser igualmente contrastantes. As relações podem ser concebidas como conjuntivas ou disjuntivas,<sup>2</sup> ainda que isso nem sempre tenha sido expresso dessa forma. Houve discursos antropológicos nos quais relacionar-se era antes de tudo uma questão de reunir.

– Querendo saber mais, a nossa detetive se dirige à narradora, mais velha, que oferece um rápido relato em primeira pessoa. –

Uma impressão duradoura da minha formação em Antropologia

<sup>2</sup> Como já foi argumentado, com bastante eloquência, em *Cannibal Metaphysics* (VIVEIROS DE CASTRO, 2014).

Social Britânica<sup>3</sup> (diz a narradora), assim como era ensinada em Cambridge no início dos anos 1960: a exortação, constante nos lábios dos meus professores, “distinguir, distinguir sempre!” Em especial nos estudos de parentesco, devíamos distinguir entre descendência e filiação, ou entre o moral e o jural.<sup>4</sup> Hoje, me parece óbvio que isso introduz uma relação entre os termos que são distinguidos. Mas naquela época a injunção não trazia essa conotação; ao contrário, o objetivo era esclarecer os termos como categorias autônomas, torná-los mais nítidos. Levadas ao excesso, essas discriminações, feitas a pente cada vez mais fino, caíam no que os críticos tomavam como discussões bizantinas; mas o objetivo de fazer essas distinções era dar ênfase às qualidades discretas de cada categoria de análise.

Em simultâneo, inculcavam-se em nós estudantes diferentes versões de um comando paralelo, “relacionar, relacionar sempre.” Só que fazer relações parecia então um exercício completamente diferente. Relacionar queria dizer juntar as coisas: combinar, encontrar similaridades, estivessem ou não explícitos os critérios subjacentes.<sup>5</sup> Uma relação era imaginada como um vínculo, um elo, um laço. Tanto ao se referir às relações sociais que tomávamos como objeto de estudo quanto ao organizar os elementos do saber antropológico, essa maneira de fazer relações era pintada como algo não só criativo, mas também perceptivelmente benigno.

– A nossa detetive logo vê que nessa alternância de perspectivas (ora distinguir, ora relacionar) residia um vetor positivista, a saber, a busca autogeradora de relações entre entidades discretas que caracterizava a Antropologia Social Britânica da época. A narradora dá detalhes. –

As pessoas, tomadas como entidades discretas, possuíam qualidades intrínsecas, e, assim, perceber as relações existentes “entre” elas era um ato de criatividade social e conceitual. As implicações positivas de criar e marcar esses laços (e onde atores interagissem, lá estaria o antropólogo criando antropologia) eram evidentes. A relação poderia superar a distinção. As relações sociais uniam as pessoas, da mesma forma que relações conceituais

---

<sup>3</sup> As maiúsculas indicam uma fase específica da disciplina que costumava ser apresentada como uma “escola”.

<sup>4</sup> Como outros exemplos de não-parentesco, temos magia/religião; bruxaria/feitiçaria; papel/posição social (*role/status*), e assim por diante.

<sup>5</sup> E incluindo formulações híbridas do tipo “fazer comparações”, que combinavam (e distinguiam) “semelhanças” e “diferenças”. Essa questão é abordada com mais atenção em Strathern, 2020a.

permitiam que estudantes de antropologia formulassem argumentos referentes a categorias discretas a partir de fatos aparentemente díspares. Tanto os fatos quanto as pessoas podiam aparentar-se [*be akin to one another*]; e um tom benigno fazia com que ambos brilhassem.

– “Aha!”, interrompe a detetive. “Aqui você está introduzindo uma ênfase típica do inglês vernacular”.<sup>6</sup> Fazendo que sim, a narradora retorna ao seu tempo de estudante e conclui com uma questão. –

Nas provas, os estudantes se deparavam com a expressão cotidiana “compare e contraste” (este fenômeno e aquele). Comparar era relacionar, enquanto seu par, contrastar, lidava com distinções. A questão é se esses assuntos realmente se qualificam como uma problemática de interesse geral para a antropologia.

– “O debate é o que constitui a problemática”, corrige a detetive, retomando a narrativa. “É só você olhar para a crítica contemporânea que vem de outras paragens.” Louis Dumont é convocado. –

A Antropologia Social Britânica vista pelos olhos de um de seus detratores: estas sim são mudanças de perspectiva (afirma a detetive). Ao fazer sua famosa invectiva inicial – “os britânicos têm dificuldades com a própria língua quando se trata de definir parentesco” (p. 3) –,<sup>7</sup> Dumont (2006) pontuou o reducionismo implicado em imaginar que o parentesco resulta apenas do reconhecimento de uma relação social entre pais e filhos.<sup>8</sup> Tentativas de construir uma explicação estrutural sobre essas bases eram facilmente ridicularizáveis. Em outras palavras, Dumont ficou atônito com o grau de centralidade que as relações interpessoais ocupavam na análise britânica dos sistemas de parentesco, como supostas partes da estrutura social. Para Dumont, a absoluta inadequação das tentativas britânicas de delinear as coisas por meio do que chamavam de sistemas e estruturas era patente: esses constructos eram logicamente falhos e não podiam fornecer

<sup>6</sup> N. da T. A particularidade do inglês em jogo aqui tem a ver com a polissemia da expressão “being akin to”, que pode tanto querer dizer “ser semelhante a”, “estar relacionado com”, quanto carregar um sentido mais afetivo ou genealógico, como “ser aparentado com” ou “ter laços de parentesco com”. O verbo “aparentar-se” tem, em português, uma variação polissêmica semelhante.

<sup>7</sup> A questão imediata era se a “afinidade” deveria ou não ser incluída sob o conceito de “parentesco”; isso também gerava dúvidas dentro da Antropologia Social Britânica.

<sup>8</sup> A passagem marcante (de Radcliffe-Brown) é citada por Dumont (2006): “Duas pessoas são parentes quando uma é descendente da outra (...) ou quando ambas são descendentes de um ancestral comum. (...) O parentesco... resulta do *reconhecimento de uma relação social* [grifo do autor] entre pais e filhos.” (p. 5)

um quadro explicativo.

– A esta altura, a detetive se furta a dar mais detalhes, deixando à narradora um pouco no ar. É que se distraiu com um enigma.

Além dos óbvios obstáculos à inteligibilidade, havia também algo que nenhuma das partes conseguia compreender totalmente. O peso particular atribuído às relações no idioma<sup>9</sup> antropológico britânico surgia ao mesmo tempo como uma excentricidade que alimentava o sarcasmo de Dumont e como um obstáculo à eficácia desse sarcasmo. Por mais contundente que fosse a sua crítica, os antropólogos britânicos da época não pareceram se importar. Basta uma pesquisa superficial para constatar que a diatribe de Dumont foi apenas uma entre as muitas críticas dirigidas à escola britânica, de maneira notável através de Lévi-Strauss e do desenvolvimento do estruturalismo francês; e, embora os antropólogos britânicos tenham afinal se aproximado deste último, o fato é que, em muitos sentidos, esses paradigmas permaneceram apartados em universos paralelos.

– A memória da nossa detetive é sacudida pela lembrança de um outro caso, remoto, envolvendo estudiosos imunes a críticas. Mais um impasse: o confronto entre o filósofo alemão do século dezessete Gottfried Leibniz e o matemático britânico Isaac Newton. “Meu palpite é que temos aqui um mistério não resolvido.” Buscando manter-se aberta, a narradora não se pronuncia sobre essa mudança de tempo e de lugar.

### Um caso do passado?

Nas palavras de um historiador do Iluminismo na Grã-Bretanha, Newton de uma só vez apresentou uma explicação abrangente sobre as forças que mantêm coeso o sistema solar e deduziu uma generalização então surpreendente – a da gravitação universal – para a qual especificou uma equação singular “cada partícula de matéria no universo é atraída por todas as outras com uma força que é diretamente proporcional ao produto das suas massas e inversamente proporcional ao quadrado de sua distância”

---

<sup>9</sup> N. da T. No original “idiom”, termo do inglês que não tem equivalente exato no português e que ocupa um lugar importante no argumento da autora. Nas diversas ocasiões em que o termo “idioma” e correlatos aparecerem nas linhas que se seguem, estarão sempre traduzindo “idiom” e correlatos no inglês. Não deverão ser entendidos em conexão com a “língua própria de um povo ou de uma nação”, sentido mais comum em português, mas sim como “modos característicos de expressão” (que podem, inclusive, ocorrer de modo transversal a diferentes línguas e dialetos).

(PORTER, 2000, p. 133; ver DEAR, 2001, p. 162). Defendendo a ideia de um Criador que intervém ativamente e atua como sustentáculo da Natureza, Newton se recusou a formular qualquer hipótese para explicar este estado de coisas, já que, para ele, isso equivaleria a intrometer-se nos segredos de Deus. “Assim, ainda que tenha elucidado a lei da gravidade, jamais pretendeu adivinhar-lhe as causas... A ciência newtoniana colocava os fatos simples acima das metafísicas mistificadoras” (PORTER, 2000, p. 136). Tudo isso causou grande perplexidade entre seus colegas continentais.

O ceticismo foi a reação europeia imediata à visão newtoniana de forças de atração agindo através do espaço vazio, sem causa discernível além da Providência (ISRAEL, 2001, p. 518).<sup>10</sup> Leibniz e outros filósofos continentais, em especial o físico-matemático holandês Huygens, repudiaram a concepção de um espaço “absoluto” sem qualquer relação com algo externo. A ideia de Newton sobre a gravitação, entendida como uma “atração mútua entre dois corpos... [estava] em contraste com a maneira como Descartes e Huygens concebiam a gravidade: para eles, os corpos pesados eram empurrados... pela ação da matéria que se encontrava mais distante” (DEAR, 2011, p. 162). Enquanto estes últimos buscaram explicar, Newton limitara-se a postular movimentos correspondentes a forças gravitacionais sem, no entanto, dar conta dessas forças.<sup>11</sup>

Para Leibniz, os objetos invariavelmente indicavam outros objetos, e o que se entendia por espaço era a ordenação resultante dessas relações; a relacionalidade era onipresente. “O espaço não é nada em si mesmo, mas apenas a ordem, ou relação, segundo a qual os corpos celestes se movem entre si” (ISRAEL, 2001, p. 521).<sup>12</sup> Já na visão newtoniana o espaço de fato aparecia como um objeto intrínseco existente por si mesmo, uma entidade independente no interior da qual outros objetos se moviam; sua equação descrevia uma força (a gravidade) que mantinha os corpos celestes

---

<sup>10</sup> O historiador Israel (2001, p. 522-523) acrescenta que a popularidade de Newton na Europa demorou muito para se consolidar. De início, ele simplesmente não era lido; e teve pouca importância para o Iluminismo europeu até a anglomania dos anos 1730 e 1740 (ISRAEL, 2001, pp. 526-527). Foi o seu conservadorismo antirrevolucionário que acabou por torná-lo aceitável.

<sup>11</sup> Seja de sua origem, seja de seus meios de comunicação (DEAR, 2011, p. 160).

<sup>12</sup> “A meu ver, o espaço é algo meramente [puramente] relativo, como o tempo; ... uma ordem de coexistências, como o tempo é uma ordem de sucessões. Pois o espaço denota... uma ordem das coisas que existem ao mesmo tempo, enquanto existem juntas, sem entrar em seu modo de existir” (LEIBNIZ *apud* ALEXANDER, 1955, p. 25-26).



simultaneamente juntos e separados. Para os seus críticos,<sup>13</sup> “a perspectiva de Newton sobre a gravidade ... [parecia] uma explicação fajuta, nada mais sendo do que *um sistema de relações matemáticas* (ênfase adicionada) elevadas a leis, sem a apresentação de causas para o fenômeno físico assinalado” (ISRAEL, 2001, p. 521). Newton “oferecera apenas uma descrição matemática à guisa de filosofia natural” (DEAR, 2001, p. 164).<sup>14</sup> Ele atraiu para si as críticas dos comentadores europeus precisamente por não ter especificado nenhum mecanismo causal. O desfecho é que isso não parece ter abalado a reputação nem de Newton, nem dos seguidores que teve em sua terra natal.

– A narradora está um tanto hesitante, mas não diz nada. Nossa detetive segue em frente.

Eis um verdadeiro caso de câmbio de perspectiva. Newton descrevia relações entre entidades sem especificar a agência que atuava sobre elas. Ainda assim, a crítica não atingiu seu alvo; não parecia importar. Duas partes interessam-se *grosso modo* pelo mesmo fenômeno, mas uma situação vista com grande clareza por uma parte não é sequer vista pela outra. Nesse sentido, é como se a crítica nem tivesse acontecido.

– “O mistério”, pondera a nossa detetive, “não é muito diferente daquele do cachorro que não late à noite, ou seja, a ausência de uma reação que deveria seguir-se ao incidente”. Antes de passar ao *Caso da perspectiva cambiante* – este que, como lembra a narradora, “elucida a problemática em torno do que deve contar como relação” –, a detetive declara haver aqui um enigma a ser desvendado. –

Teriam a relação matemática aparentemente autossuficiente de Newton e a indiferença às críticas continentais se repetido, de algum modo, nas formulações da Antropologia Social Britânica? Havendo um vocabulário de sistemas e estruturas aparentemente compartilhado entre antropólogos britânicos e continentais, o que impediu que uma das partes percebesse as relações que eram tão importantes para a outra? É necessário abrir uma nova linha de investigação: identificar o que constituiu o ponto cego do lado britânico.

<sup>13</sup> Em um contexto em que as aspirações britânicas se reduzem a bem poucas (redistribuídas: ver abaixo).

<sup>14</sup> Ver Strathern (2020a) para um argumento paralelo feito em relação a um contemporâneo de Newton, o filósofo John Locke, a propósito de um agnosticismo comparável: o de que se pode identificar uma relação sem especificar seu fundamento, ou ter uma noção distinta da relação, mas uma apreensão indistinta das entidades relacionadas.



## O caso do ponto cego

### Primeira e segunda testemunhas

– Aqui, como Brulé, nossa detetive se beneficia de um pequeno rodeio. Esta segunda investigação exigirá um maior aprofundamento no tipo de antropologia que tanto irritava Dumont. A detetive se dirige à narradora. “Você, que diz ter sido formada na Escola Britânica, poderá ser minha primeira testemunha”. Mas ocorre que a cabeça da narradora está ocupada com a Melanésia; e provavelmente ela se consideraria uma herdeira um tanto desgarrada da escola. “Não faz mal”, diz a detetive, “diga o que diria de todo modo”. A narradora fala de novo em primeira pessoa. –

Em uma extensa nota de rodapé, a amazonista Lagrou (2019, p. 40, n. 15) de fato se pergunta onde na Melanésia se poderia apreender a estética relacional, a maneira pela qual as formas revelam as relações<sup>15</sup> -- e eis um exemplo para ela. As crianças de Hagen, nas terras altas da Papua-Nova Guiné, costumavam desenhar no chão o contorno de um porco e, em linhas retangulares profundas, marcar como ele era cortado. Um porco inteiro (ou partes especiais dele) pode ser um bem de valor, destinado a circuitos de relações de troca, enquanto um porco cortado em pequenos pedaços indica o que entra no lar para ser consumido – as porções que mobilizam esta ou aquela relação para aqueles que distribuem a carne. As crianças estavam representando como se fazem as repartições.

A mesma Lagrou menciona haver entre os ilhéus de Sabarl, na costa da Papua-Nova Guiné, uma imagem surpreendente das relações. Por semelhança ao ângulo que a lâmina de um machado forma com o seu cabo, eles concebem um “cotovelo” ou ponto de inflexão em certas relações, como no caso em que objetos de valor [itens de riqueza] que haviam saído da aldeia a ela retornam. Isso me faz voltar no tempo cerca de 30 ou 40 anos (é a narradora quem fala), retornando a alguns exemplos de ocasiões formais de troca, uma não muito longe de Sabarl e a outra no interior da Papua-Nova Guiné. Assim, no fluxo de objetos de valor circulando entre eles, os parceiros de troca da Ilha Muyua mantêm-se informados também sobre os parceiros dos parceiros. “A troca direta entre quaisquer dois parceiros é sempre concebida como uma troca entre as pessoas que os acompanham de lado a

---

<sup>15</sup> Diferentemente das relações tornadas manifestas em formas que aparecem como resultados dessas relações. (LAGROU, 2019, p. 35)

lado” (DAMON, 1980, p. 280). Há ainda o papel do espectador, que pode ou não ser também um receptor, em um abate de porcos entre os Kewa das terras altas. O olhar do espectador “unifica... [os matadores de porcos], e, em sua perspectiva, eles constituem um todo. Este é o seu valor: cada matador de porco pode, ao se colocar no lugar do espectador, ver a si mesmo como membro de um grupo unificado” (LEROY, 1979, p. 206). Ambos os exemplos apareceram em um exercício de síntese, *The Gender of the Gift* (STRATHERN, 1988, p. 379–380, n. 5; 278), e serviram como grãos para o meu próprio moinho. O segundo contribuiu para um argumento sobre como um evento transforma as múltiplas causas que o geraram em uma única ocasião de atuação; o primeiro, para um argumento acerca daquele que age em relação às pessoas ou relações que motivam sua ação. Não há necessidade de nos determos nisso agora. O que importa é uma observação retrospectiva: ao repassar essas ilustrações, havia algo que eu não estava enxergando. A isto poderíamos chamar de um ponto cego.

Esta última observação é dirigida à nossa detetive, que sorri de lado. “Aí está!” A narradora apressa-se a continuar, pois é neste ponto que sua divergência em relação à maneira como a Escola Britânica modela as relações se torna evidente.

Se havia algo que eu não estava vendo, provavelmente era porque eu estava vendo outras coisas. Ao recorrer a imagens de doadores e receptores, o que me chamou a atenção foi a decomposição e recomposição dos pares (de parceiros) nos termos das origens e dos desdobramentos de sua união (riqueza, filhos). Isso desde então se sedimentou em minha mente na forma do título de um dos meus capítulos: “Relações que separam.” Na verdade, hoje eu enfatizaria o papel da divisão ainda mais do que fiz na época. Uma relação separa, assim como uma separação relaciona.<sup>16</sup> Falar em divisão poderia soar um tanto extremo, não fosse por uma imagem cotidiana à mão. Após um abate de porco, é preciso fazer distribuições. Os receptores se transformam em doadores à medida que repassam parte do que foi dado a outros. Os mesmos homens também repartem a carne com os membros da casa e com parentes próximos – cada divisão do lombo ou da perna possibilita que se revelem novas relações.

---

<sup>16</sup> Não sem antecedentes teóricos (como na elucidação das teorias da aliança e da filiação feitas por Wagner em 1967).

– “Perspectivas cambiantes”, ouve-se a detetive dizer. Nem tanto, pensa consigo a narradora; os pontos de vista mudaram, mas a perspectiva continua a mesma, já que cada ação é realizada com conhecimento ou sob o olhar do outro. A narradora segue em frente.

As relações, portanto, se tornam visíveis por meio da divisão entre as posições respectivas das pessoas, assim como essas divisões revelam sua interdependência.<sup>17</sup> Uma esposa recebe isto, seus parentes paternos aquilo, e de mãos diversas vêm os pedaços a serem comidos. Não admira que as crianças brinquem de cortar a carne do porco, traçando com entusiasmo os contornos das possíveis partições do animal. Tão logo uma divisão é notada (pelo antropólogo), elas passam a ser percebidas em toda parte como foco de uma ação deliberada. É assim que os ilhéus de Sabarl enfatizam a importância de “matar os mortos” (BATTAGLIA, 1990):<sup>18</sup> os mortos precisam ser despachados, cortados [*cut off*] do mundo dos vivos – assim como, em Hagen, vizinhos próximos dos Kewa, uma noiva é “cortada” [*cut*] de seus parentes ao se casar. Nesse contexto, “cortar” [*cutting*] é um idioma local. Em muitos dos chamados rituais masculinos de iniciação, em que se divide o alimento dado pelos homens do alimento dado pelas mulheres aos meninos, cortar (fazer) relações pode exigir a escarificação do corpo, de modo que o sangue flua. Cortar é, portanto, algo regenerativo, isto é, uma ação especialmente marcada no contexto da produção de novos estados de coisas, ao substituir um conjunto de relações por outro (MYHRE, 2016a).

No entanto, embora dividir (“cortar”) seja um idioma local, relacionar já é uma outra questão. É a relação, e não a divisão, o conceito enganoso aqui. E isso não apenas porque não há uma palavra genérica para designá-la. O engano reside na forma como os etnógrafos usam essa categoria analítica da antropologia. Lembremo-nos do meu próprio ponto cego – daquilo que eu não estava vendo nos dois exemplos que dei. Como fazer o ponto cego aparecer? A detecção talvez exija um ponto de vista externo, uma terceira parte que entre na descrição.

– Nossa detetive, que já começava a impacientar-se, agora se anima. A narradora relaxa, porque sabe que o que está prestes a dizer a levará de

<sup>17</sup> O ensaio de Mybre (2016b) é um estímulo para esta formulação.

<sup>18</sup> Ver González Gálvez, Di Giminiani, Bacchiddu (2019, p. 7) para uma referência semelhante ao objeto de rituais mortuários ameríndios.

volta a Escola Britânica. E sabe exatamente qual informante trazer. –

O ponto de vista externo é oferecido por outro melanesista, o norueguês Knut Rio (2005; 2007a), que trabalhou na ilha de Ambrym (Vanuatu). Mais sofisticados – mas, sem dúvida, tão intensos quanto os traçados das crianças de Hagen – são os desenhos na areia descritos por Rio. À medida que o desenho vai sendo produzido, ele passa da perspectiva dos atores retratados para, ao final, assumir a perspectiva do desenhista, assim revelando a capacidade deste último de fazer com que “a socialidade e as relações se conformem a uma imagem materializada. Uma vez terminado, o desenho abrange a perspectiva do processo social e o coloca sob o olhar objetificado de uma terceira parte” (RIO, 2005, p. 411). Os homens de Ambrym, diz Rio, demonstram suas interações a partir de um ponto de vista totalizante, que fica especialmente evidente em ocasiões associadas aos ciclos vitais. Assim, os dons dados ao longo da vida pelos parentes maternos vêm daqueles que assumem a posição de terceiros em relação à díade pai-filho,<sup>19</sup> como é apresentado em suas prestações matrimoniais. Nessas ocasiões, os irmãos da mãe da noiva<sup>20</sup> ficam separados de todos os demais; são terceiras partes, figuras que têm uma visão intergeracional de todo o ciclo de trocas. Na verdade, “a terceira parte pode ser qualquer um, a qualquer momento” (RIO, 2005, p. 418). “Quando duas pessoas se encontram e estabelecem relações (...) elas sabem implicitamente que estão sendo inseridas no projeto de uma terceira pessoa também” (RIO, 2005, p. 417).<sup>21</sup> Na raiz dessa análise, está uma crítica contundente a certas formas de explicar a socialidade melanésia.

Visto de novo, o ilhéu Muyua, descrito por Damon, para quem os objetos valiosos recebidos de um parceiro de troca estão destinados a outro parceiro de troca, está, dessa forma, atuando uma relação segundo a

---

<sup>19</sup> Rio (2007b) argumenta que, entre os Ambrym, os dons não devem ser reciprocados do modo como as reciprocidades fluem entre pessoas em relação diádica, acrescentado que devem mesmo ser contrastados com essas relações.

<sup>20</sup> O interesse do irmão da mãe Ambrym pela filha de sua irmã volta-se aqui para o ciclo de casamentos ao longo das gerações, no âmbito do qual a filha se casará dentro da família da mãe do tio materno (sua MM), e a filha dela substituirá categoricamente a mãe deles. O que está em jogo é a própria regeneração deles

(RIO, 2007a, p. 70–71, 79).

<sup>21</sup> Compare-se com a descrição de Bacchiddu (2019, p. 130), da ilha de Apiao (Chile), sobre os não-humanos (os mortos, santos) sob cuja égide as pessoas realizam suas trocas.

perspectiva de uma outra. Também visto de novo, LeRoy deixa claro que, ao oferecer uma visão sobre múltiplas trocas, o espectador Kewa objetifica a ocasião como um todo.<sup>22</sup> Trata-se aqui, sem dúvida, de terceiras partes.

É claro que toda díade é uma tríade – “Bom, tenho certeza de que você não precisa explicar isso aos que nos ouvem aqui!”, contesta a detetive. A narradora segue, imperturbável. –

Nas palavras de Rio, se uma díade é conceitualizada como tal, é porque existe um ponto de vista sobre ela, uma “objetividade imaginada na interação social e a perspectiva de totalidade que emerge ao se imaginar essa objetividade” (RIO, 2007a, p. 19). É do ponto de vista da terceira figura que a díade se torna evidente: os irmãos da mãe, aos olhos de quem o pai aparece em relação ao filho.<sup>23</sup> Ao reforçar essa ideia, Rio tem um alvo em mente. Ele aponta um limite conceitual em certas formas de teorização antropológica – mais especificamente, na Antropologia Social Britânica, cuja falha foi não “ver” essa “figura terceira” nas trocas entre as pessoas (RIO, 2007a, pp. 21–22). “No paradigma de Radcliffe-Brown e no desenvolvimento da Antropologia Social Britânica, (...) consolidou-se uma concepção de sociedade baseada na reciprocidade – a sociedade (...) [como] uma rede observável de relações ‘no terreno’, [evidenciadas pela] (...) manutenção processual da estabilidade em formas diádicas” (RIO, 2007a, p. 21).

– “Aí está! O ponto cego, rastreado e identificado!”<sup>24</sup> – A narradora apresentou um informante que não apenas descreve, mas analisa um ponto cego relacional, e o coloca diretamente aos pés da Escola Britânica. Fim da investigação.

– “Nem tão rápido”, murmura nossa detetive, de cenho franzido, passando então a assinalar que a crítica de Rio não é independente daquela de Dumont, mas antes a reforça. “Não sei por que você simplesmente engoliu a ideia de um ponto cego como uma incapacidade de ver uma terceira figura.” “Como o agente ausente de Newton?”, arrisca a narradora. “Tudo bem”, retruca a detetive, “mas você está descartando Radcliffe-Brown com muita facilidade. Você descreveu o ponto cego de uma posição externa

<sup>22</sup> O próprio Rio (2007a, p. 25) cita a descrição de Leroy para sustentar seu argumento.

<sup>23</sup> Para uma elucidação etnográfica recente do interior da Papua-Nova Guiné, veja Bonnemere, 2018.

<sup>24</sup> Na verdade, este é introduzido aqui por um truque sutil, já que a narradora não havia realmente percebido que havia algo não visto até depois de fazer a leitura, inclusive de Rio. [Nota oferecida pela detetive]

(suponho que isso tenha sido deliberado), mas, dada a influência de Radcliffe-Brown, quero saber mais sobre o pensamento dele. E, seja como for, você não nos disse o que levou ao ponto cego, que é o propósito do exercício. *Este é o enigma.*” A detetive se endireita: “É melhor eu reassumir”.

### Testemunhando por Radcliffe-Brown

– “De qualquer forma”, afirma a detetive, “agora reuni mais evidências sobre um assunto que até agora tinha sido mencionado apenas brevemente, a saber: a conceitualização de sistemas e estruturas.”<sup>25</sup> –

Na época em que os estudantes de Cambridge estavam sendo introduzidos a Lévi-Strauss por Edmund Leach (continua nossa detetive), Meyer Fortes escrevia suas *Morgan Lectures* sobre grupos de descendência e estrutura social, e Louis Dumont introduzia os estudantes franceses à teoria britânica do parentesco. Os livros que Fortes (1969) e Dumont (2006) publicaram posteriormente deram um espaço significativo a Radcliffe-Brown. Fortes (1969) elogiou Radcliffe-Brown pelo “sistema teórico [ao qual] a antropologia estrutural moderna, no estilo britânico, deve seu principal referencial de análise” (p. 81). Radcliffe-Brown (1952) concebia “a natureza dos sistemas de parentesco como sistemas” (p. 53), expressão que aparece em uma passagem que hipotetiza uma “relação complexa de interdependência” entre os diversos elementos de um sistema de parentesco, permitindo que tais sistemas sejam comparados com outros como “totalidades”. Dumont citou essa passagem extensivamente, e, com certa perplexidade, perguntou-se como exatamente se caracteriza uma totalidade. Dumont (2006) ele mesmo afirmou que “o que diferencia um ‘todo’ de uma simples coleção, independentemente de qualquer ideia de organismo ou de funcionamento, é o fato de que se encontra ordenado internamente de forma discernível” (p. 9). Assim, um ser que abrange corpo e alma é, com respeito a tal diferenciação interna em partes, um todo.

Também Fortes (1969) teve seu momento de perplexidade, desta vez diante da incapacidade de Radcliffe-Brown de “desenvolver sua intuição de

<sup>25</sup> É uma pena que a detetive não tenha tido acesso ao que veio à tona recentemente, a saber, o pertinente estudo de Smith (2023) que versa sobre certas tendências duradouras no pensamento inglês, ainda que à primeira vista trate de outras coisas. Sou grata pela permissão de citar excertos de uma versão manuscrita do comentário de Smith sobre “uma antropologia nativa de um individualismo empirista” que, entre outras coisas, “fala da ausência de teorias da ‘sociedade’ como entidades totalizadas”.

que as relações de parentesco são multidimensionais tanto na situação diádica quanto na estrutura grupal” (p. 63–64), devendo, portanto, ser consideradas não apenas do ponto de vista de um ego, mas também “em seu contexto estrutural total”. Afinal, “se tomarmos (...) o campo total de relações de parentesco de uma pessoa, descobrimos que sua gestão envolve conformidade com (...) normas que emanam de (...) domínios distintos (...) da estrutura social” (FORTES, 1969, p. 98).<sup>26</sup> A inquietação de Fortes dizia respeito à ênfase de Radcliffe-Brown nas relações diádicas. Em sua célebre palestra de 1940 sobre estrutura social, Radcliffe-Brown (1952) havia levado o “paradigma diádico” a um alto grau de generalização. Ao definir estrutura social como uma “rede de relações realmente existentes” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 190), ele concebia claramente as relações sociais sobre uma base interpessoal, isto é, de pessoa a pessoa, de modo que “a estrutura de parentesco de qualquer sociedade consiste em várias dessas relações diádicas, como entre pai e filho, ou entre o irmão da mãe e o filho de sua irmã” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 191). A pessoa, por sua vez, era definida como um componente estrutural. O ponto é que a hesitação de Fortes em relação a esse foco nas relações diádicas ressoava, ainda que parcialmente, com as indagações de Dumont sobre o lugar central que os antropólogos britânicos davam a relações de caráter interpessoal.

É claro que objeções ao privilégio concedido às supostas relações diádicas persistem até hoje. Tomemos o filósofo francês simpático à antropologia, Vincent Descombes –

– “Descombes também não é uma testemunha independente!” protesta a narradora. “Esse é o ponto”, responde a detetive, um tanto irritada; “de fato, ele toma emprestada a própria expressão ‘análise holística’ de Dumont” (DESCOMBES, 2014, p. xxii). Além disso, Descombes escreve de forma muito elegante. Eu já ia dizer que, como seu informante, Rio, ele se baseia no pragmatista americano Peirce (1955) e em seu esquema de signos.” A detetive lança um olhar de soslaio à narradora. “Você realmente passou

---

<sup>26</sup> O empenho que Fortes faz para explicitar o domínio das relações político-jurais era apresentado como uma tentativa de descrever “linhagens e status do ponto de vista do sistema social total” e não do ponto de vista de um ego hipotético. Isso provém de uma passagem também citada extensamente por Dumont (2006, p. 50), que observa, de forma cáustica, que o ego é posteriormente reintroduzido, e que, de fato, o relato geral de Fortes, “atomizador e individualista”, entra em contradição com o sistema social total “para o qual ele vira as costas no exato momento em que o invoca” (DUMONT, 2006, p. 52).



rápido demais pelos detalhes de seu relato: não teorizou adequadamente a figura do terceiro no argumento de Rio.” Nossa detetive continua:

Aqui está a teorização de Rio. Com os tipos de significação de Peirce, a “terceiridade” (*thirdness*) implica uma “comunidade de interpretação” – os imaginários compartilhados que formam o pano de fundo das realidades sociais que se manifestam em primeiro plano (RIO, 2007a, pp. 19–20). Enquanto na Ilha de Ambrym essa visualização da terceira figura pode assumir a forma de pessoas, nas “compreensões ocidentais” a terceiridade tende a tomar forma de maneira mais abstrata, “pertencendo ao reino do mental e das regras de comportamento” reconhecidas pelos conceitos de “sociedade” ou “estrutura” (RIO, 2007a, p. 20). Contudo, no desenvolvimento da antropologia britânica após Radcliffe-Brown, Rio sugere, “mais tempo foi dedicado à teorização da ‘secundidade’ (*secondness*) – como a aparência das relações no parentesco e na economia – do que à teorização da constituição da sociedade”. A terceiridade, “sociedade”, exatamente como Dumont propôs a respeito da noção de totalidade em Radcliffe-Brown (veja-se também KAPFERER, 2010), permaneceu como uma abstração não examinada.

Segundo Peirce, “relações diádicas sempre pressupõem a terceiridade da mentalidade, da lei e da ordem” (RIO, 2007a, p. 20). Rio acrescenta, ao expor sua própria posição, que o conceito de sociedade “não se resume, então, apenas a uma série de relações, mas a um potencial para criar imaginários mais amplos do que aqueles que podem ser contidos em relações singulares dispostas lado a lado” (RIO, 2007a, p. 27). Daí a mudança de ordem (em relação à secundidade). Para Descombes (2014), esse potencial geral remete à determinação do significado, às “instituições” da vida social que conferem às ações das pessoas o “contexto comum” de onde provém sua compreensão (p. xxiv).

– A narradora intervém: “Mas não é isso exatamente o que Radcliffe-Brown pretendia? Pessoas como elementos da estrutura social também podem ser imaginadas como pessoas em uma comunidade. Você se esquece de que ele escreveu sobre os sistemas de parentesco como sistemas de “relações diádicas entre pessoa e pessoa *em uma comunidade*, sendo o comportamento de quaisquer duas pessoas em qualquer uma dessas relações regulado de alguma forma (...) pelo uso social” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 52–53). Nossa detetive espera passar a interrupção. E então

continua, lentamente. –

Descombes também enfatiza outro aspecto do trabalho de Peirce: uma díade possui dois membros ou sujeitos; uma tríade (ou políade), três (ou mais). Seja díade ou tríade, a figura é uma unidade.<sup>27</sup> No entanto, é preciso levar em conta que uma ação triádica pode ser expressa por uma proposição diádica. Toda tríade pode ser reduzida a uma díade quando um de seus três sujeitos permanece não especificado (DESCOMBES, 2014).

– A detetive dá uma piscadela: O exemplo de Descombes é o disparo de uma bala de um revólver quando tudo o que se poderia *dizer* é que A assassina B. –

Não é essa a ausência que estávamos procurando? Deixar uma dimensão crucial sem especificar? Isso não poderia nos levar à ideia de que, quando invocamos os fundamentos de uma comparação ou interação, há sempre um terceiro termo latente (ainda que não especificado), como o ponto de vista a partir do qual as díades se tornam visíveis? Mais pertinentemente (prossigue a detetive), haveria uma tríade implícita na menção de Radcliffe-Brown à “comunidade”? Relações desde a perspectiva da sociedade, poderíamos dizer, salvo pelo fato de que não foi isso o que se disse. Parece que a antropologia britânica podia apontar indefinidamente para o social ou para a sociedade (“comunidade”) como um contexto da conduta relacional entre sujeitos sem formalizar essa figura – lembremo-nos da vagueza da regulação “de alguma forma” – como um sujeito em si mesmo.

Agora quem se impacienta é a narradora: “Estou confusa. Você está dizendo que é isso que constitui um ponto cego? Que há algo que impede tal especificação?” Nossa detetive sorri: “Você mesma me deu a pista, uma pista até bastante óbvia. Ao descrever aquilo que não havia visto no machado Sabarl e no abate de porcos Kewa, você também me disse *como* deixou de ver. Você não deixou de perceber porque sua mente estava vazia, mas porque estava ocupada em outro lugar.” A detetive retoma o fio da meada:

Considere a “definição precisa” de Radcliffe-Brown (1952) das relações sociais como existentes “entre dois ou mais organismos individuais

<sup>27</sup> Descombes (2014) assinala a afirmação de Peirce: “para que haja uma díade e não apenas um par, não fundimos os dois sujeitos em um terceiro, mas devemos acrescentar o fato da relação que os envolve a ambos” (p. 226), como o entendimento pelo qual um age sobre o outro.

quando há algum ajuste de seus respectivos interesses” (p. 199).<sup>28</sup> Ao falar dos sistemas de parentesco – com seus diferentes elementos (por exemplo, terminologia e comportamento) –, como “relações dentro de um todo ordenado”, Radcliffe-Brown afirma: “meu interesse, tanto no trabalho de campo (...) quanto nos estudos comparativos, tem sido descobrir a natureza dessas relações” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, pp. 61–62). Se tomarmos a visualização de Radcliffe-Brown da sociedade literalmente como uma rede de relações, ele está nos dizendo que as relações *implicam* a sociedade. Em outras palavras, para descrever um sistema ou uma sociedade, basta descrever as relações. Elas aparecem como necessárias e suficientes. A análise sempre pode localizar um ponto de referência externo – a terceira figura ou terceiro termo – como no caso do “costume social” ou da noção de fundo de “contexto”. No entanto, o que é possível articular é uma coisa; o que efetivamente se articula é outra. No tipo de antropologia associada ao nome de Radcliffe-Brown, vislumbra-se um impedimento que ocluía a articulação do terceiro termo.

– A detetive faz uma pausa para efeito dramático. –

O terceiro termo convencional, como ponto de vista distinto, tinha um concorrente! Já havia a figura de um terceiro – e sempre houvera. Na linguagem empregada pelos antropólogos sociais britânicos, a especificação adicional dessa figura como um “terceiro termo” era redundante; ela não aparecia como um ponto de vista quase externo. O que funcionava como poderosa figura de uma terceira parte era o modo como o próprio conceito de “relação” estava sendo utilizado.

– “Espere aí!”, interrompe a narradora. “Agora você está indo rápido demais.” “Sim, sim”, responde a nossa detetive; “posso colocar as coisas em outros termos – e você verá por que Descombes continua sendo uma testemunha útil.” –

Uma das preocupações de Descombes é o longo debate do século XX que, por vezes, separou as abordagens europeias continentais das britânicas. “A controvérsia metafísica entre idealistas e empiristas parece amplificar um conflito entre duas visões da vida social: para os empiristas, as relações

<sup>28</sup> “Uso o termo ‘interesse’ aqui no sentido mais amplo possível, para me referir a todo comportamento que consideramos intencional. Falar de um interesse implica um sujeito, um objeto e uma relação entre eles. Sempre que dizemos que um sujeito tem certo interesse por um objeto, podemos dizer a mesma coisa afirmando que o objeto tem certo valor para o sujeito” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 199).

sociais são exteriores aos indivíduos, enquanto para os idealistas, as relações sociais são constitutivas dos indivíduos” (DESCOMBES, 2014, p. 202). Essa é a diferença entre priorizar os termos sobre as relações e priorizar as relações sobre os termos. Quanto à Antropologia Social Britânica – e não para fazer uma observação histórica, mas sim para criar um espaço expositivo –, podemos deduzir que havia mais em jogo do que uma simples preferência pelos termos em detrimento das relações. Ao contrário, a relação – a prática de relacionar – havia adquirido uma solidez em si, quase como uma entidade concreta, como se ela também fosse um termo. Esse terceiro termo ficava entre os outros dois!

– “Do mesmo modo que as equações de Newton tinham peso suficiente para manter os corpos celestes suspensos, acrescenta sagazmente a detetive.” –

Diante dos eloquentes detratores do sistema matemático de Newton, seus seguidores tiveram de admitir que não havia explicação, apenas descrição; mas o fato de que se importavam tão pouco com isso talvez indique que isso era, para eles, explicação suficiente.<sup>29</sup> Para os radcliffe-brownianos, precisamente, assim que há relações, há sociedade: a sociedade já está presente no próprio ato antropológico de relacionar. Não há explicação externa; não é necessário especificar a natureza da sociedade de outra forma.

– A narradora interrompe novamente: “Se, sendo ela mesma um terceiro termo, a relação tem sua própria solidez e distintividade, o que dizer então da exortação ‘relacionar sempre?’” A detetive já está pronta para a pergunta. –

Pense na robustez da relação da seguinte maneira. Havia também aquela outra exortação, como você mesma mencionou: “distinguir sempre”, que, no uso vernacular, parece levar à individuação dos termos. A partir de uma imaginação de coisas díspares, intrinsecamente externas umas às outras, a relação emerge como uma conjunção mediadora, convertendo aquilo que ela relaciona em entidades que explicitam as características umas

<sup>29</sup> A demonstração da gravidade realizada por Newton por meio de uma equação que descreve a atração mútua entre corpos materiais pode ser vista sob dois ângulos. Por um lado, o que desconcertou seus críticos, ela especificava a atração ou relação entre os corpos sem nenhuma explicação sobre a natureza ou causa dessa atração. Por outro, tal compreensão parece ter sido produzida justamente pelo trabalho de descrever essa atração em si – ou seja, a equação matemática serviu como a relação ordenadora.

das outras. A relação (nesta visão) adquire assim um caráter próprio e absoluto: a mediação. Na medida em que a relação gera essa capacidade, sua intermediação mantém em tensão entidades que, mesmo assim, permanecem discretas entre si. Coloquialmente, é como se a relação mediasse as partes de uma díade. Duas figuras ou termos e a relação entre eles – uma conjunção de “três sujeitos”!<sup>30</sup>

Assim podemos começar a compreender certas dimensões da antropologia radcliffe-browniana. Ainda que teoricamente as relações fossem os elementos estruturais permanentes, os termos da relação também emergiam como fenômenos pré-existentes, de forma que se poderia descrever como os grupos de descendência pareciam dados por critérios que iam além dos vínculos que os relacionavam. Em primeiro plano estava, apesar de toda a ênfase em interesses divergentes ou solidariedades convergentes, a interação diádica entre entidades aparentemente discretas, unidas, precisamente, pela relação entre elas.

É em oposição a isso que Rio deseja empregar a terceiridade de Peirce, não “como um termo médio *entre* [ênfase acrescentada] as pessoas, mas como uma força constitutiva (...) na constituição das próprias pessoas e relações (RIO, 2007a, p. 28). Anos atrás, todos os elementos de observação e raciocínio pareciam estar disponíveis para que a Escola Britânica reconhecesse tal posição constitutiva, mas sua preocupação com a estrutura social simplesmente não foi articulada nesses termos. Em vez da necessidade de especificar o todo a partir da distinção das partes<sup>31</sup>, havia, ao contrário, um interesse nas complexas interdependências. E, em vez de enfatizar a visão totalizante que um terceiro termo possibilita, a antropologia britânica desenvolveu uma habilidade disciplinar para comparações. As entidades podiam ser comparadas de todas as maneiras imagináveis; e, quando o fundamento da comparação era reconhecido, era facilmente eclipsado pelas

---

<sup>30</sup> A conjunção cria conhecimento novo. Assim, para os estudantes desse tipo de antropologia, demonstrar relações – entre quaisquer ordens de fenômenos – podia parecer um autêntico objetivo na construção do saber.

<sup>31</sup> Já mencionado anteriormente, Dumont (2006, p. 9) repete explicitamente que “em contraste com uma coleção, um ‘todo’ é um conjunto fundado em oposições distintivas que determinam uma complementaridade entre seus elementos”. O holismo estrutural de Descombes (2014, p. 122), que concebe o todo como um sistema de partes que dependem umas das outras em virtude das relações que as definem, leva-o a “definir um todo significativo como um sistema constituído por uma relação que é, no mínimo, triádica”.

relações que uniam os termos. Naqueles tempos, para aqueles praticantes, tais conjunções alimentavam a criatividade do trabalho antropológico.

– Nossa detetive suspira, satisfeita, e pega uma xícara de café. Um breve diálogo se segue. “Mas você escreveu sobre isso, não foi?”, diz a detetive a certa altura à narradora. “Escrevi”, ela admite, e depois acrescenta, um tanto constrangida: “mas ao falar sobre o peso da relação na antropologia britânica, eu realmente não soube como descrevê-la. Apenas me referi a uma qualidade *ad hoc*, ‘espessura’, ou à sua presença ou animação. Nunca analisei sua forma. Na verdade, acho que cheguei a aludir à sua falta de forma” (STRATHERN, 2020a, pp. 91, 93). “Talvez tenha sido um erro”, murmura a nossa detetive; “começamos discutindo como as formas revelam relações (lembra das crianças de Hagen brincando de cortar o porco?), mas agora talvez devêssemos considerar as formas *das* relações”. A narradora intervém de imediato: “Ah, mas isso vai nos levar de volta ao nosso problema. Estivemos lidando com *O caso do ponto cego*”, aproveita para dizer. “Acho que, por ora, podemos considerar esse enigma resolvido. Vamos seguir em frente. A questão agora é: o que conta como uma relação?” A detetive sorri: “Tenho uma testemunha que está esperando por esse momento há um bom tempo”.

## O caso da perspectiva cambiante – Parte 2

### Outro tipo de evidência

Descombes –

– “Ele de novo, não!” – “Não, não, espere um pouco.” –

Descombes articulou duas visões de vida social que correm por campos opostos do pensamento ocidental. Mas isso não precisa nos restringir. Nossos colegas Di Giminiani e González Gálvez (2018) contornam habilmente esse impasse em artigo sobre a relação como objetivação inacabada, a propósito dos Mapuche. “As relações no mundo vivido dos moradores rurais Mapuche não são pontos de encontro entre entidades preexistentes, nem tampouco forças constitutivas entre agências previamente indeterminadas” (p. 200). Esse movimento abre vastas áreas de

investigação para o futuro.<sup>32</sup> Citando um artigo inédito de Corsín Jiménez (2003), os autores, agora em co-autoria como Bacchiddu, afirmam que “uma vez que as relações sejam concebidas como algo mais do que simples metonímias da socialidade, elas podem nos levar a refletir sobre o social ao considerarmos proporções e escalas nas conexões entre entidades” (DI GIMINIANI; GONZÁLEZ; BACCHIDDU, 2019, p. 2).

– “Fico feliz por não ser a única que gostaria que Corsín Jiménez tivesse publicado esse texto”, acrescenta a detetive.<sup>33</sup> A narradora, que muito aprendeu com esse antropólogo espanhol, assente em silêncio. Nossa detetive continua calmamente.

Nesse artigo, Corsín Jiménez separa o que a antropologia britânica combinava com naturalidade: relações interpessoais e relações conceituais. Como vimos, as relações interpessoais haviam se tornado um ponto de referência central para as relações sociais, enquanto, ao mesmo tempo, o estudo das relações sociais oferecia um modelo para imaginar relações em termos abstratos. Com efeito, as relações conceituais continuam a ter uma sociabilidade vernacular. A partir dessa perspectiva,<sup>34</sup> Corsín Jiménez (2003) faz um corte radical. De um só golpe, afirma: “o parentesco é uma forma de socialidade, não uma forma de relacionalidade”, acrescentando entre parênteses: “a proporção, por outro lado, é uma forma de relacionalidade” (p. 3). “Se queremos usar a linguagem da relacionalidade para explicar o parentesco, então precisamos esclarecer qual é a *forma* da relação” (CORSÍN JIMÉNEZ, 2003, p. 3).

Ao abordar a proporção como uma forma de relação, ele recorre a seu

<sup>32</sup> O estado de multiplicidade da relação, descrito para os Mapuche como se desdobrando em um contexto de éticas ordinárias (DI GIMINIANI; GONZÁLEZ GÁLVEZ, 2018, p. 211), aplica-se – pelo que posso inferir de seu relato – também ao uso antropológico.

<sup>33</sup> Dito isso, a proporcionalidade faz parte do núcleo exegético de seu livro subsequente sobre a economia do conhecimento (CORSÍN JIMÉNEZ, 2013). Deve-se acrescentar que estou implicada em alguns dos argumentos do artigo inédito de Corsín Jiménez (a mim atribuídos com demasiada generosidade), de modo que a citação, nesse aspecto, apoia uma parte interessada. [Agradeço a permissão para citar o artigo inédito.]

<sup>34</sup> A propósito do uso antropológico: “As relações estão em toda parte; tanto que a imagem de uma relação social tornou-se uma abreviação para uma forma de análise. Modos de vida são explicados e justificados por sua conectividade: parentesco, ou religião, ou economia são formas de relações, argumentam os antropólogos. Não estou convencido de que isso possa ser assim” (CORSÍN JIMÉNEZ, 2013, p. 2-3, ênfase e nota de rodapé omitidas). À medida que seu argumento se desenvolve, torna-se evidente que Corsín Jiménez já havia identificado a razão do ponto cego: o modo como as relações se converteram em uma abreviação do social e, ao mesmo tempo, em um modo de abrangê-lo.



trabalho etnográfico no pampa chileno (parte do Deserto do Atacama), onde os mineiros dos últimos depósitos de salitre apareciam oprimidos pela vastidão do deserto e pelo recuo da presença humana. Em tempos anteriores, as pessoas haviam enfrentado a imensidão (o deserto desconhecido) tornando-se elas próprias gigantes (tornando-se assertivas), assim como, mais tarde, ponderavam suas condições de vida considerando o que havia sido extraído em benefício da nação. “As proporções não estabelecem (...) simplesmente vínculos entre entidades ou ordens de conhecimento que até então permaneciam separadas, mas na verdade ‘valoram’ esses vínculos ao postular seu grau de comensurabilidade, emergindo sob a forma de um novo campo proporcional” (CORSÍN JIMÉNEZ, 2003, p. 15). Assim, podem-se ver “as relações como se desdobrando proporcionalmente a partir de uma noção expandida de pessoa [*personhood*]; de pessoas que se desenvolvem ao pesar e ponderar seus projetos de vida” (CORSÍN JIMÉNEZ, 2003, p. 29). Afinal, apenas uma certa quantidade de conhecimento social pode se encaixar dentro de uma matriz relacional, pela qual Corsín Jiménez entendia a lógica antropológica de ordenação que extrai relações de relações por meio de permutações infinitas de referências cruzadas. Ao delinear (um exemplo de) uma forma alternativa de relação, a proporção, Corsín Jiménez demonstra a dominação desenfreada da máquina de relações auto-perpetuante que ele denominou algébrica. Uma imaginação algébrica, disse ele, há muito atua entre os antropólogos.

– A narradora (ainda incomodada com o fato de a detetive ter mencionado Newton) destaca a referência que Corsín Jiménez faz – seguindo Ortega y Gasset (1992) – à invenção da álgebra moderna no século XVII: relações definidas ou suscitadas “por sua posição em um sistema puramente formal e nominal [de relações]” (CORSÍN JIMÉNEZ, 2003, p. 4). Assim, Leibniz chamaria a álgebra de uma matemática dos números indeterminados – números não “em si mesmos”, mas expressos como permutações de outros números. A detetive responde: “Ah, acho que Corsín Jiménez está usando o termo ‘algébrico’ em um sentido mais amplo, para se referir, por exemplo, a essas combinações de termos e relações que estávamos discutindo – e à ênfase generalizada, presente em todas as

correntes, nas ordens de relações.<sup>35</sup> Certamente ele incluiu aí as ‘relações de associação’ de Radcliffe-Brown. Mas Corsín Jiménez dá um tom menos positivo ao ponto cego britânico, ao considerar que a vida social foi *reduzida* à descrição das relações sociais.”

– “Agora você está nos levando de volta ao enigma inicial”, reclama a narradora, “e pensava que o enigma já estava mais ou menos resolvido”. A detetive leva um tempo para responder: “Isso é correto, em ambos os pontos. Esta parte da investigação é sobre o que conta como relação; e o enigma é muito pertinente. Pense em sua hesitação em compreender as relações como possuindo uma espessura. Muito bem, podemos descrever a relação radcliffe-browniana como uma espécie de ‘terceiro termo’ substituto, mas você teve que recorrer àquilo que acabou de admitir serem critérios insatisfatórios. Então a fórmula algébrica, embora nos ofereça uma solução para o enigma, não descreve tudo o que conta para a nossa problemática.”

– A detetive parece determinada a instigar a narradora nesse momento: “Não acabamos de descobrir peso e gigantismo? E o que são eles? A resposta estava bem diante de nós o tempo todo – proporção, eles descrevem por proporção. ‘Uma proporção é uma relação de magnitude’” (CORSÍN JIMÉNEZ, 2003, p. 3). A narradora fica momentaneamente sem resposta. “Estamos buscando formas de relações”, explica a detetive; “e, como Corsín Jiménez nos disse, proporção é uma forma relacional”. A narradora entende: “Como uma divisão”, sugere ela, “como quando as crianças de Hagen...?” “Claro!” – ela responde, interrompendo-a. “Mas”, insiste a narradora, “nosso *objeto de estudo* são relações. Será possível apreender a forma relacional de uma relação?” A detetive mal consegue disfarçar o triunfo: “Sim, de fato, na medida em que a relação é um objeto de conhecimento, conhecimento social, e as pessoas lhe conferem presença e valor.”

– Outro silêncio. Em voz baixa, a narradora pergunta: “Quando você fala de ‘pessoas’, você se refere aos antropólogos bem como aos seus

---

<sup>35</sup> Rio (2007a, p. 20) aponta que Peirce se referia à “álgebra universal das relações” ao pressupor a presença de tríades nas díades. Deve-se acrescentar que Rio imprime à sua crítica uma inflexão melanesiana. Antecipando o que virá adiante, cito sua observação (citando Roy Wagner): “Na maioria das etnografias melanesianas (...) ouvimos que os relacionamentos não são concebidos como ‘relações entre’ [indivíduos], mas sim configurados por uma dinâmica de ‘contenção’ e ‘liberação’, que aparenta ter uma forma hierárquica” (RIO, 2007a, p. 27).

interlocutores?” Sem resposta, o monólogo investigativo do detetive segue adiante.

### O idioma inglês

Há um fator final que é muito fácil de passar despercebido, simplesmente porque é tão óbvio. A Escola Britânica de Antropologia era anglófona. Permitam-me explicar. Chamar algo de “ponto cego” sugere algum tipo de déficit. E ainda assim, a forma como as tradições antropológicas falam de coisas distintas acreditando falar do mesmo indica, certamente, haver algo de interesse em ambos os lados de qualquer impasse. Quando é esse o caso, não necessariamente queremos uma resolução a favor de uma parte ou de outra. A oscilação pode ser iluminadora por si só (ver CANDEA, 2019, p. 313–316). Não sempre. Mas, digamos, na aparente oposição entre relação como conjunção e como disjunção, podemos querer manter em jogo visões alternativas, deixar que estimulem uma à outra. E há opções (analíticas) que também devem ficar abertas.

– A detetive olha para a narradora. “Como quando você disse, a propósito do idioma melanésio, que relação, mais do que divisão, era o conceito analítico complicado. Poderíamos, como você acabou de insinuar, querer manter em jogo o potencial de entender a divisão como uma forma ou versão de relação.”<sup>36</sup>

Com isso em mente, observe-se a tenacidade do enigma que a Antropologia Social Britânica certa vez representou para suas contrapartes continentais: ele não pode ser explicado só pela argumentação acadêmica. Aquele *Caso do ponto cego* nos levou a apreciar o peso inquestionável que se dá às relações (sociais e conceituais). Deixei pistas de que a proporção que alguns estudiosos atribuíram às ‘relações’ era sustentada pelo uso vernacular, isto é, pelo uso vernacular inglês. Identificar o vernáculo inglês é mais do que uma questão linguística, é também idiomática. Há torções linguísticas, por certo, como as palavras inglesas *relation* / *relative* que

<sup>36</sup> Suspeito que a detetive estava pensando na alusão feita no início aos antigos debates sobre a natureza da vida religiosa ou do direito: há uma escolha a ser feita por parte do antropólogo – ou investigar até que ponto x ou y sustentam uma noção, digamos, de alma, na medida em que ela se aproxima ou se distancia, por exemplo, da noção cristã; ou então presumir que eles não possuem tal noção. – Nota oferecida pela narradora.

funcionam como substantivos para *kinspersons* [parentes] e, como consternava Dumont, *kinship* [parentesco] significando “uma relação de sangue” que exclui a afinidade. Obviamente não podemos tratar disso agora. Isto posto, focalizar os idiomas é focalizar o uso e a inflexão. Devemos nos ater à evidência imediata do uso em questão: os escritos da Escola Britânica, como se encarnam em seu avatar, Radcliffe-Brown.

– Um discreto gemido de decepção escapa da narradora, que pensara que este seria o momento para a exposição se expandir. A detetive reage: “Aquele palestra de 1940 é mais interessante do que você pode imaginar.” –

Ouçã o que ela faz com a pessoa. Ela estabelece nos termos mais claros possíveis a distinção – “distinguir sempre” – entre uma pessoa, como elemento da estrutura social, um posicionamento social, por um lado, e o indivíduo como organismo, por outro (RADCLIFFE-BROWN, 1952, pp. 193–194).

– “Ah, sim”, e a narradora se anima; “recordo-me de há anos implorar a um editor de uma coletânea sobre antropologia feminista, que queria inverter as designações, para, por favor, manter a distinção no sentido que Radcliffe-Brown lhe dava”. – “É isso aí”, sorri a detetive. –

Ainda assim, como já sugerido anteriormente, nessa mesma palestra ele afirma que relações de associação existem entre organismos individuais.<sup>37</sup> Não se trata apenas de um ponto de partida baseado no senso comum, mas de uma afirmação reiterada em distintas ocasiões (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 189, 199). O que está acontecendo aqui? Inconsistência? Ora, a inconsistência pode ser uma pista óbvia, uma pista vital. A meu ver, é uma pista de como o idioma inglês incide sobre as tentativas de clarificação teórica. Falantes de inglês invariavelmente imaginam pessoas como indivíduos. Isso, por sua vez, faz com que seja um feito antropológico analisar indivíduos como pessoas (sociais), embora mesmo entre antropólogos a figura que incorpora a posição social muito frequentemente venha à tona em sua forma vernácula – isto é, a pessoa como indivíduo. É difícil afastar isso. Está lá nos debates atuais, mas também estava lá

<sup>37</sup> La Fontaine (1985, p. 125) aponta para a confusão de termos feita por Radcliffe-Brown, como quando ele explica “a relação social entre (...) [certos papéis de parentesco] como se fosse uma relação entre indivíduos”. Ela acrescenta que, para os europeus ocidentais, é difícil estabelecer a distinção entre indivíduo e pessoa, e que o próprio Radcliffe-Brown está ciente de que essa dificuldade está presente no uso comum da linguagem.

antigamente. O mesmo vale para as relações no inglês comum – o tom benigno que carregam e a conotação positiva de unir as coisas.

– “Mas, em vez de voltarmos a isso”, comenta a detetive com a narradora, “já que você tratou desse assunto em outros lugares (STRATHERN, 2020a; 2020b), deixe-me concluir com uma observação sobre o lugar proporcional da relação”. A detetive reconvoca Corsín Jiménez.–

Os estudiosos reproporcionam suas ideias entre si. “Você não está simplesmente criando uma relação entre duas ordens diferentes de conhecimento (...) na verdade você se move integralmente [ênfase omitida] através de tais ordens com um *sentido de capacidade* (...) e assim reequilibrando seus próprios poderes” (CORSÍN JIMÉNEZ, 2003, pp. 15–16). À medida que antropólogos de todos os campos as empregaram, as relações não apenas “dimensionam” outros fenômenos, mas, como categorias de discurso, também são elas próprias dimensionadas. Esta é uma maneira de responder à pergunta do que conta como uma relação. Ouça a frase: o que *conta* como uma relação. Entre antropólogos não devemos negligenciar seu volume, a quantidade de espaço que a relação ocupa no esforço expositivo.

– A narradora não sabe se aplaude ou se espanta. “Cada palavra ou conceito em cada texto é suscetível ao uso vernacular de *alguém*! Seria uma tarefa impossível escrutinar tudo!” A detetive dá de ombros, e depois não resiste a ter a última palavra. A narradora está satisfeita que assim seja. –

– Afinal de contas, pensa ela, disse desde o início que somos todos detetives aqui, e o “nós” incluía qualquer pessoa que estivesse ouvindo. Teria sido impossível contar esta história se não houvesse algum terreno comum de entendimento, por mais diversa que seja a bagagem de conhecimento que cada um de nós traz, e não obstante a paciência que esta narração exigiu. A ilusão diádica de uma pessoa falando ou escrevendo e outras ouvindo ou lendo, pondera em silêncio a narradora, não é nada em comparação com os interesses antropológicos que todos compartilhamos. A narrativa da detetive depende desse “todos” abrangente. E sem tudo aquilo que está entre nós a narrativa teria pouco interesse. Ela própria funciona como uma espécie de terceiro termo. –

– No entanto, a detetive já está ansiosa por uma conclusão rápida. –

Estávamos considerando uma das noções mais significativas do repertório antropológico. A tarefa foi orientada por aquilo que já se configura como um interesse na multiplicidade de formas relacionais. Minha

elucidação é simplesmente um exemplo do que poderíamos chamar uma atenção etnográfica às nossas próprias ferramentas de pensamento e análise. O mundo está totalmente aberto. Outras pessoas acharão interessantes outras ferramentas, e abrir esta problemática em particular é apenas um pequeno passo. Em uma escala maior, manter o mundo aberto é certamente aquilo de que os antropólogos se ocupam. Não é isso que um novo programa de ensino e pesquisa faz? Não se trata de replicar o que já foi feito, mas de usar as histórias passadas da disciplina como trampolins para novos campos de conhecimento, para futuras formas de conhecer – e relacionar.

### Agradecimentos

Expresso profunda gratidão às minhas anfitriãs na Pontifícia Universidad Católica de Chile pelo estímulo da ocasião organizada por Marcelo González Gálvez, a Helena Martins por efetuar a tradução para o português a partir do original em inglês, a Marina Vanzolini pela revisão técnica, e aos colegas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para uma gestação bastante longa do argumento sob o rótulo de “terceiro termo”.

### Referências

- ALEXANDER, H. G. (Ed.). **The LeibnizClarke Correspondence**. Manchester: Manchester University Press, 1956.
- BACCHIDDU, G. Ritualizing the everyday: The dangerous imperative of hospitality in Apiao, Chiloé. **Social Analysis**, v. 63, n. 2, p. 122142, 2019. <https://doi.org/10.3167/sa.2019.630207>
- BATTAGLIA, D. **On the bones of the serpent: Person, memory and mortality in Sabarl Island Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- BONNEMÈRE, P. **Acting for others: Relational transformations in Papua New Guinea**. New York: HAU Books, 2018.
- CANDEA, M. **Comparison in anthropology: The impossible method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. <https://doi.org/10.1017/9781108667609>
- CORSÍN JIMÉNEZ, A. **An anthropological trompe l’oeil for a common world: An essay on the economy of knowledge**. New York / Oxford: Berghahn Books, 2013. <https://doi.org/10.3167/9780857459114>
- CORSÍN JIMÉNEZ, A. “The form of the relation, or Anthropology’s

enchantment with the algebraic imagination" [Manuscrito inédito]. University of Oxford, 2003. <https://digital.csic.es/handle/10261/98307>

DAMON, F.H. "The Kula and generalised exchange: Considering some unconsidered aspects of the elementary structures of kinship." *Man*, v. 15, n. 2, p. 267292, 1980. <https://doi.org/10.2307/2801671>

DEAR, P. **Revolutionizing the Sciences: European Knowledge and its Ambitions, 15001700**. Basingstoke: Palgrave Macmillan / London: Macmillan, 2001.

DESCOMBES, V. **The Institutions of Meaning: A Defense of Anthropological Holism**. (Trad. S. A. Schwartz). Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014. <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674419971>

DIGIMINIANI, P.; GONZÁLEZ GÁLVEZ, M. "Who owns the water? The relation as unfinished objectification in the Mapuche lived world." *Anthropological Forum*, v. 28, n. 3, p. 199216, 2018. <https://doi.org/10.1080/00664677.2018.1495060>

DUMONT, L. **Introduction to Two Theories of Social Anthropology: Descent Groups and Marriage Alliance**. (Trad. R. Parkin). Oxford / New York: Berghahn Books, 2006.

FORTES, M. **Kinship and the Social Order: The Legacy of Lewis Henry Morgan**. Chicago: Aldine Publishing Co., 1969.

GONZÁLEZ GÁLVEZ, M.; DIGIMINIANI, P.; BACCHIDDU, G. "Theorizing relations in indigenous South America: An introduction." *Social Analysis*, v. 63, n. 2, p. 123, 2019. <https://doi.org/10.3167/sa.2019.630201>

ISRAEL, J. **Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity 16501750**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KAPFERER, B. "Louis Dumont and a holist anthropology." In: OTTO, T.; BUBANDT, N. (Eds.). **Experiments in Holism: Theory and Practice in Anthropology**. Malden, MA: WileyBlackwell, 2010. <https://doi.org/10.1002/9781444324426.ch11>

LA FOUNTAINE, J. "Person and individual: Some anthropological reflections." In: CARRITHERS, M.; COLLINS, S.; LUKES, S. (Eds.). **The Category of the Person: Anthropology, Philosophy, History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 123140.

LAGROU, E. "Learning to see in Western Amazonia: How does form reveal relation?" *Social Analysis*, v. 63, n. 2, p. 2444, 2019. <https://doi.org/10.3167/sa.2019.630202>





LeROY, J. "The ceremonial pig kill of the South Kewa." **Oceania**, v. 49, p. 179209, 1979. <https://doi.org/10.1002/j.18344461.1979.tb01388.x>

MYHRE, K. C. (Ed.). **Cutting and Connecting: 'Afrinesian' Perspectives on Networks, Relationality and Exchange**. New York / Oxford: Berghahn Books, 2016a. <https://doi.org/10.1515/9781785332647>

MYHRE, K. "Membering and dismembering; The poetry and relationality of animal bodies in Kilimanjaro." In: MYHRE, K. C. (Ed.). **Cutting and Connecting: 'Afrinesian' Perspectives on Networks, Relationality and Exchange**. New York / Oxford: Berghahn Books, 2016b. p.114131. <https://doi.org/10.1515/9781785332647007>

ORTEGA Y GASSET, J. **La idea de principio en Leibniz**. Revista de Occidente en Alizande, 1992.

PEIRCE, C. **Philosophical Writings of Peirce**. New York: Dover Publications, 1955.

PORTER, R. **Enlightenment: Britain and the Creation of the Modern World**. London: Allen Lane, 2000.

RADCLIFFEBROWN, A. R. **Structure and Function in Primitive Society**. London: Cohen & West, 1952.

RIO, K. "Discussions around a sanddrawing: Creations of agency and society in Melanesia." **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 11, n. 3, p. 401423, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.14679655.2005.00243.x>

RIO, K. **The power of perspective: Social ontology and agency on Am6tym Island, Vanuatu**. New York / Oxford: Berghahn Books, 2007a. <https://doi.org/10.2307/j.ctv287sdxs>

RIO, K. "Denying the gift: Aspects of ceremonial exchange and sacrifice on Am6rym Island, Vanuatu." **Anthropological Theory**, v. 7, n. 4, p. 449470, 2007b. <https://doi.org/10.1177/1463499607083429>

SMITH, D. R. **The fall and rise of Britain's upper class: houses, kinship and capital since 1945**. Manchester: Manchester University Press, 2023.

STRATHERN, M. **The Gender of the Gift: Problems with women and problems with society in Melanesia**. Berkeley: University of California Press, 1988. <https://doi.org/10.1525/california/9780520064232.001.0001>

STRATHERN, M. **Relations: An anthropological account**. Durham: Duke University Press, 2020a. <https://doi.org/10.1515/9781478009344>

STRATHERN, M. "Reflecting back." **Maloca**, n. 3, p. 19, 2020b. <https://doi.org/m9j6> (verificar DOI correto)



TAYLOR, A. "Review of 'The Neruda case' Roberto Ampuero." **The Spectator**, 22 Nov. 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Cannibal Metaphysics for a Poststructural Anthropology**. (Trad. P. Skafish). Minneapolis / London: Univocal, 2014.

WAGNER, R. **The Curse of Souw: Principles of Daribi Clan Definition and Alliance**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

### Resumo

Esta palestra explora parte da história que conduz ao atual interesse antropológico pelas relações. Concentra-se em aspectos da escola britânica de antropologia social – e em um de seus problemas mais persistentes. Para tornar sua apresentação um pouco mais palatável, a autora constrói-a em parte à maneira de um romance policial. Assim, vai investigar O caso da perspectiva cambiante e, como uma trama dentro da trama, O caso do ponto cego.

### Palavras-chave

Relações; antropologia social; perspectiva cambiante; ponto cego

### Abstract

This lecture digs into some of the back story to current anthropological interest in relations. It focuses on aspects of the British school of social anthropology, and on one of its enduring conundrums. In order to make its presentation at least partly digestible, the author constructs a light scaffolding for it after the manner of a detective novel. So it will investigate The Case of the Changing Perspective and, as a plot within the plot, The Case of the Blind Spot.

### Keywords

Relations; social anthropology; Changing Perspective; Blind Spot